PARECER N. : 0171/2021-GPMILN

PROCESSO N.	:	**2349/2021**
ASSUNTO	:	**RESERVA REMUNERADA**
UNIDADE	:	**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA - PMRO**
INTERESSADO	:	**GILTON CÉSAR SOUSA**
RELATOR	:	**CONSELHEIRO SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS**

Versam os presentes autos sobre análise da legalidade do **ato concessório de reserva remunerada** do militar **Gilton César Sousa**, pertencente ao quadro de servidores ativos da Polícia Militar do Estado de Rondônia, no posto de **1° Sargento PM.**

A passagem à inatividade sub examine foi concedida por meio do Ato Concessório de Reserva Remunerada n. 104 de 16/10/2019[1], tendo como fundamento legal o artigo 42, § 1° da Constituição Federal/88 c/c os artigos 50, IV, "h"; 92, I e 93, I, todos do Decreto-Lei n. 09-A/82 c/c os artigos 1°, § 1°; 8°; 28 e 29, da Lei n. 1.063/2002; artigo 1° da Lei n. 2.656/2011 e parágrafo único do art. 91 da Lei Complementar n. 432/2008.

A Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal, após análise[2] dos documentos acostados aos autos, entendeu que

[1] fl. 128.
[2] ID 1130306.

o interessado faz *jus* à transferência para reserva remunerada, estando o ato concessório regular e apto a registro.

Em seguida, foram encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas.

É o necessário relatório.

De início, acompanha-se a conclusão e a proposta da Unidade Técnica pela legalidade do Ato Concessório, vez que não há óbices ao seu registro.

Compulsando os documentos e informações acostados aos autos, verifica-se que o interessado faz jus à passagem para a reserva remunerada, porquanto implementou as condições dispostas no art. 91, parágrafo único da Lei Complementar n. 432/2008, a saber, para militares do sexo masculino: **1°)** mínimo de 30 (trinta) anos de tempo de contribuição (**reuniu 32 anos, 7 meses e 2 dias**)[3] e **2°)** mínimo de 20 (vinte) anos de tempo efetivo de serviço público de natureza militar e/ou policial (**computou 29 anos, 3 meses e 2 dias**)[4].

Sublinha-se que foram apresentadas as fichas financeiras anuais do interessado, nas quais constam o desconto de valores referentes à "contribuição previdenciária do grau superior". Portanto, faz jus aos proventos calculados com soldo da graduação de **Subtenente PM**[5].

[3] ID 1130305 (fl. 163).
[4] ID 1130305 (fl. 164).
[5] Fls. 118.

Prosseguindo, destaca-se que o advento da Emenda Constitucional n. 103, de 12/11/2019, implicou em mudanças substanciais no art. 22, inciso XXI da Constituição Federal, o qual passou a dispor, *ipsis litteris*:

> **Art. 22.** Compete **privativamente à União** legislar sobre:
> (...)
> **XXI** - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, **inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares**; (Grifou-se)

Nesse sentir, a União promulgou, em 16/12/2019, a **Lei Federal n. 13.954/2019**, procedendo diversas alterações no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Lei n. 6.880/80) e na Lei de Pensões de seus dependentes (Lei n. 3.765/60), para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) federais.

Referido normativo também alterou o **Decreto-Lei n. 667**, de 02/07/1969, **que reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados**, dos Territórios e do Distrito Federal, elencando, no art. 24-D a seguinte disposição, *in verbis*:

> **Art. 24-D. Lei específica do ente federativo deve dispor sobre outros aspectos relacionados à inatividade e à pensão militar dos militares e respectivos pensionistas dos Estados**, do Distrito Federal e dos Territórios que não conflitem com as normas gerais estabelecidas nos arts. 24-A, 24-B e 24-C, vedada a ampliação dos direitos e garantias nelas previstos e observado o disposto no art. 24-F deste Decreto-Lei.
> **Parágrafo único.** Compete à União, na forma de regulamento, verificar o cumprimento das normas gerais a que se refere o **caput** deste artigo. (Destacou-se)

Na mesma senda, destaca-se a previsão estampada no art. 24-E do aludido dispositivo, *ipsis verbis*:

> **Art. 24-E. O Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios deve ser regulado por lei específica do ente federativo, que estabelecerá seu modelo de gestão e poderá prever outros direitos, como saúde e assistência, e sua forma de custeio.**
>
> **Parágrafo único. Não se aplica ao Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a legislação dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.** (Negritou-se)

Isto posto, considerando que a iniciativa de leis que versem sobre militares estaduais (art. 39, §1°, I e II, "b", da CE/RO) é de competência do Chefe do Poder Executivo, impende a essa Corte de Contas **alertá-lo quanto à necessidade de adoção de medidas visando regular, mediante lei específica, o Sistema de Proteção Social dos Militares Estaduais,** estabelecendo seu modelo de gestão, bem como sua forma de custeio, na forma definida no Decreto-Lei n. 667/69 (alterado pela Lei Federal n. 13.954/2019)

Desse modo, a Corte de Contas tem se manifestado da seguinte forma:

> Acórdão AC1-TC 00599/21, de 01 de outubro de 2021 – Processo 00737/2021.
>
> EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO MILITAR. ATO CONSIDERADO LEGAL E REGISTRADO. ARQUIVAMENTO
> 1. Apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de que concedeu pensão militar à beneficiária de servidor militar estadual ativo à época do falecimento.
> 2. Ato considerado legal e registrado pela Corte de Contas.
> 3. Arquivamento.
>
> (...)
>
> I - Considerar legal o Ato Concessório de Pensão n° 118/2020/PM-CP6 de 08.09.2020, publicado no DOE n. 175,

> de 08.09.2020, com efeitos a contar em 29.04.2020, em caráter vitalício à Sra. Gilma Julião de Oliveira Moreira de Lima (viúva), CPF n. 546.685.499-91, beneficiária do instituidor Raimundo Monteiro de Lima, Cabo PM, RE 100038796, CPF n. 090.731.322-15, falecido em 29.04.2020, pertencente ao quadro de pessoal ativo da Polícia Militar do Estado de Rondônia, com fundamento no § 2° do art. 42 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do § 2° do art. 50 do Decreto-Lei, n° 09-A de 09 de março de 1982, alínea "a", inciso I do art. 32 da Lei Complementar n. 432 de 3 de março de 2008, combinado com o inciso I do § 2° do art. 50 do Decreto Lei 09-A de 09 de março de 1982, e art. 45 da Lei n° 1063, de 10 de abril de 2002;
> (...)
> IV – **Notificar o chefe do Poder Executivo** do Estado de Rondônia, para que adote medidas necessárias a fim de regular, por lei específica estadual, o Sistema de Proteção Social dos Militares estaduais, estabelecendo seu modelo de gestão, e sua forma de custeio, na forma definida no Decreto-Lei n° 667/69 (alterado pela Lei Federal n. 13.954/2019), considerando o disposto no art. 39, §1°, I e II, "b", da CE/RO;

Nessa toada, considerando tratar-se de recente decisão prolatada neste sentido, torna-se desnecessária, por ora, a reiteração desta notificação, visto o curto espaço de tempo desde a decisão e a não adoção de medidas para seu cumprimento.

Lado outro, em que pese as constatações retromencionadas, evidencia-se que a publicação do ato concessório está regular e os demais documentos e certidões exigidos pela IN n. 13/TCER-2004 (art. 27) estão juntados aos autos.

Por fim, registra-se que o presente caso se enquadra na situação disposta no item "1.1.a" da Ata da Reunião de Trabalho realizada em 10/02/2006, na qual ficou acordado que a análise da composição dos proventos ficaria postergada para futuras auditorias e/ou inspeções em folha de pagamento.

Ante o exposto, em consonância com a manifestação técnica, o Ministério Público de Contas **opina** seja considerado **legal** o ato concessório em exame, nos termos em que foi fundamentado, deferindo-se o seu registro pela Corte de Contas.

É o parecer.

Porto Velho/RO, 17 de dezembro de 2021.

(Assinado eletronicamente)
MIGUIDÔNIO INÁCIO LOIOLA NETO
Procurador do Ministério Público de Contas

Em 17 de Dezembro de 2021

Assinado Eletronicamente

Embasamento legal: art. 1º da Lei Federal 11.419/06; art. 58-C da Lei Complementar 799/14 c/c art. 4º da Resolução 165/14 do TCERO.

MIGUIDONIO INACIO LOIOLA NETO
PROCURADOR